institutopolis

ISSO É DIREITO À CIDADE

Acreditamos na transformação das cidades a partir de uma perspectiva feminista libertadora.

Essa responsabilidade é coletiva e deve ser compartilhada entre todas camadas da sociedade!

Uma cidade imaginada e construída para e por mulheres com experiências de vida que desafiam diretamente e cotidianamente as estruturas sexistas, racistas e classistas, **é assim que reivindicamos o nosso Direito à Cidade!**

Entenda porque lutar contra as desigualdades urbanas é uma tarefa urgente. Saiba mais sobre esse assunto nas redes do **@institutopolis.**

O Instituto Polis é uma ONG que atua há mais de 30 anos na construção de cidades justas e democráticas, por meio de pesquisas, assessoria e formação em âmbito nacional e internacional.

E toda mulher que anda pela cidade e uma poderosa agente desta transformação!

Mulheres e os espaços públicos

Ninguém deveria ter medo de caminhar pelas ruas simplesmente por ser quem é! Mas infelizmente isso é algo que acontece com as mulheres todos os dias, pois vivemos em uma sociedade machista que não respeita a suas vidas e autonomia.

Pensar a cidade numa perspectiva de gênero implica em transformá-la a partir das diferentes demandas, necessidades e vulnerabilidades de cada grupo social.

Os espaços de lazer são suficientes? Eles apresentam atividades que contemplam as suas necessidades? Você se sente segura para demonstrar afeto à pessoa que você ama nos espaços públicos? Quais são as atividades positivas do seu dia a dia que só os espaços públicos podem te oferecer?

A cidade em que você mora tem iluminação pública suficiente? Ela promove campanhas de conscientização sobre o assédio nos espaços públicos? As calçadas são adequadas para o seu deslocamento? O mobiliário urbano te ajuda ou te atrapalha?

86%

das mulheres brasileiras já sofreram assédio em espaços públicos

70%

dessas mulheres têm mais medo de serem assediadas na rua

69%

têm medo ao sair ou chegar em casa depois que escurece

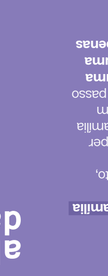
Morar é um direito

A mercantilização das cidades transforma nosso direito em mercadoria e inviabiliza a moradia para a população de baixa renda em áreas centrais, empurrando a maior parte da população para as periferias. Porém, as infraestruturas necessárias para a vida urbana não chegam na mesma velocidade em regiões afastadas. Ao sermos expremidos para as bordas da cidade, sem a devida ampliação e distribuição dos serviços públicos, o nosso direito à cidade é violado.

A morada digna e a porta de entrada para outros direitos. Compreender a centralidade deste tema ajuda a conectar os demais aspectos do direito à cidade, porque a moradia determina a nossa localização, o nosso deslocamento, e as condições de vida das famílias em relação a saneamento básico, a saúde etc.

A questão habitacional, não se resume apenas às condições da habitação ou propriamente ao acesso. É uma discussão bastante ampla e mesmo quem possui uma casa é afetada pelos **fenômenos de perferização e isolamento, uma realidade nas cidades brasileiras.**

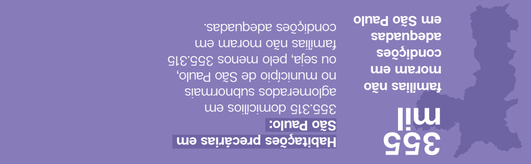
Mulheres negras são maioria entre as moradoras de periferia na cidade de São Paulo. Assim, é possível refletir sobre como as opressões acumulam-se e se reproduzem nas cidades. **Por isso, reivindicamos políticas e debates considerando as condições de moradia de mulheres negras e de baixa renda!**



Mulheres chefes de família x Renda: Os dados de rendimento, por exemplo, mostram que a renda domiciliar per capita média de uma família chefiada por um homem branco é de R$997, ao passo que a **renda média numa família chefiada por uma mulher negra é de apenas de R$491.**

ISSO É DIREITO À CIDADE

Cidade utopia aliada na vida das mulheres



355 mil famílias não moram em condições adequadas em São Paulo

Habitações precárias em São Paulo: 355.315 domicílios em aglomerados subnormais no município de São Paulo, ou seja, pelo menos 355.315 famílias não moram em condições adequadas.

39%

26% dessas famílias são chefiadas por mulheres negras

Homens
Mulheres

Mulheres chefes de família em favelas: Mulheres chefiam 39% de casas em favelas ou assemelhadas.

Mulheres na política!

Você sabia que em alguns países existem políticas de incentivo para que mulheres ocupem mais cargos na política? Algumas experiências ao redor do mundo nos mostram os **impactos positivos quando mulheres são protagonistas** na tomada de decisão sobre a cidade e o país que estamos construindo!

Você acredita que deveríamos ter representantes com a cara das mulheres que cruzamos cotidianamente pelas ruas da cidade, com **toda a diversidade que existe entre as mulheres?**

Defender a representatividade de gênero na política brasileira vai além de eleger mulheres.

É sobre **apoiar mulheres que construam as cidades de acordo com as necessidades reais** de suas vidas, no campo da habitação, mobilidade, segurança nos espaços públicos e tudo que envolve usar, ocupar e identificar-se com a cidade que vivemos.

Nosso sonho é que a cidade funcione de acordo com as necessidades de todas as pessoas, e que seja planejada considerando rotas de lazer, demandas de estudos e saúde, sobretudo para quem vive distante dos centros urbanos - onde se concentram serviços, infraestrutura e empregos.

Representatividade na política: Dos **57.814** vereadores eleitos, **87% são homens**, enquanto somente **13% são mulheres.**

Homens
Mulheres

23%

Em **23%** das câmaras brasileiras **não existem vereadoras.**

11%

Em 2018 somente **11,6%** dos municípios brasileiros contavam com **prefeitas mulheres.**

Gênero e raça na política: Dos **57,8 mil cargos eleitos em 2016** nas câmaras municipais, somente **5%** são ocupados por **mulheres negras**, sendo apenas **0,6% auto declaradas como pretas e 4,4% como pardas.**

8.000	mulheres	
2.800	negras	
2.500	pardas	
300	pretas	
3	trans	

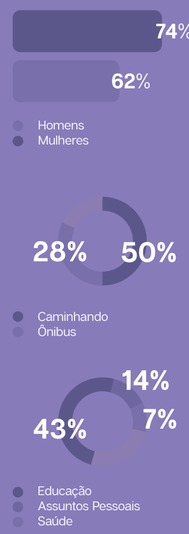
A mobilidade que queremos!

Homens e mulheres têm padrões de mobilidades diferentes na cidade.

O cuidado da vida cotidiana, que recai sobre as mulheres, faz com que suas viagens sejam mais curtas e segmentadas entre o cuidado de familiares, compras, escola, lazer etc. São deslocamentos que implicam o esforço e o tempo de um trabalho não remunerado que ainda disputa tempo com o trabalho remunerado.

No entanto, o planejamento não considera essa maneira de se mover, característico das mulheres, atendendo prioritariamente (e de forma insuficiente) o deslocamento casa-trabalho, que é um padrão masculino de deslocamento.

Pensar a mobilidade urbana por uma perspectiva de gênero é pensar em espaços e infraestruturas adequadas para a mobilidade a pé; linhas de transporte coletivo que tenham maior capilaridade e possibilidades de paradas atendendo as necessidades de deslocamento das mulheres e que considere a segurança pelos trajetos percorridos. Pensar tarifas que não impeçam o acesso a outros serviços e direitos, mas que garantam a vivência de nossa cidadania!



Mulheres e uso do transporte público: Mulheres **utilizam o transporte público coletivo com mais intensidade e andam mais a pé** do que os homens. A utilização desses dois tipos de modais representa 74% dos deslocamentos feitos por mulheres, contra 62% dos homens.

Deslocamento x Renda: Mulheres mais pobres são as que mais utilizam esses transportes coletivos e andam a pé. Em uma família com ganhos mensais menores que R$ 1.244, 50% das viagens são feitas caminhando e 28% de ônibus.

Motivação de deslocamento x Renda: Ao analisar a faixa de renda das estrevistadas, as **mulheres com menor faixa de renda apresentam maior variação na motivação das suas viagens,** como educação, saúde e assuntos pessoais.

Cadeia do cuidado

Mulheres acumulam a função do cuidado com crianças, idosos, familiares em geral, doentes e tarefas de casa por uma questão estrutural em nossa sociedade: a opressão de gênero.

No entanto, as desigualdades territoriais acentuam a vulnerabilidade das mulheres. A localização da moradia tem sido um componente central para determinar as condições de vida e uso do tempo das mulheres, sobretudo para mães.

Há uma correlação perversa entre território, renda das famílias e a oferta de vagas em creches públicas – e consequentemente no número de mães empregadas.

A demanda por serviços públicos precisa ser construída de maneira que considere e promova a distribuição de infraestrutura e de serviços, de acordo com a necessidade das mulheres, mães e cuidadoras! A regra vale para serviços de educação, mas também para saneamento básico, mobilidade, saúde pública, porque tudo está integrado!

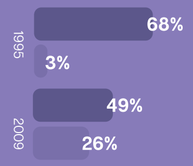
Formular políticas públicas utilizando a cidade como uma plataforma aliada das mulheres no combate das desigualdades de gênero é uma demanda urgente e atual, ressignificando espaços segregadores e que jogam contra mulheres.

A cidade precisa ser uma aliada de quem a constrói!

21,7 milhões de famílias chefiadas por mulheres

Mulheres chefes de família: Ao longo dos ultimos anos (1995–2009), a proporção de mulheres chefes de família aumentou mais de 10 pontos percentuais. Isso significa que temos 21,7 milhões de famílias chefiadas por mulheres.

Um fenômeno urbano: Nas últimas decadas, houve um aumento de 13% na proporção de mulheres chefes de famílias nas cidades, **38% das famílias nas cidades são chefiadas por mulheres.**



No ano de 1995, **68,8% delas estavam em famílias monoparentais (mulher com filhos/as) e apenas 2,8% em famílias formadas por casais** – seja com ou sem filhos/as. Já em 2009, 26,1% das mulheres chefes participavam de famílias formadas por casais, e 49,4%, de famílias monoparentais.